

Idéias em Debate



O CAMPO TURBULENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E A IMPORTÂNCIA DA REBELDIA COMPETENTE

Peter Kevin Spink*
Mário Aquino Alves**

It was the best of times
It was the worst of times
It was the age of wisdom
It was the age of foolishness
It was the epoch of belief
It was the epoch of incredulity
It was the season of light
It was the season of darkness
It was the spring of hope
It was the winter of despair...

Charles Dickens, *A Tale of Two Cities*

Há poucos anos, quando professores universitários se encontravam para almoçar, a conversa, provavelmente, incluiria os diversos assuntos do dia - tais como congressos, bolsas, associações científicas -, além das inevitáveis fofocas que são partes do cotidiano humano. Provavelmente, também, terminariam a conversa de bom humor! Hoje é bem possível que um outro tema domine a mesa, mas, desta vez, deixando seus componentes de mau humor: as exigências crescentes da produção acadêmica e os *ratings* da avaliação CAPES. A citação do livro de *A Tale of Two Cities*, de Charles Dickens, sobre a Revolução Francesa é - tanto nas suas palavras, como também na sua referência histórica - uma imagem literária do momento atual: um momento de contradições, conflitos, de posições antagonônicas, mas também do sentimento que há muito mais em jogo do que uma simples discussão sobre avaliação. Trata-se, em termos da teoria organizacional, da descrição de um campo turbulento no sentido atribuído por Emery e Trist (1965; 1972), no seu trabalho seminal sobre a textura causal dos ambientes organizacionais, do qual destacamos seu alerta a respeito da necessidade de outros tipos de relação entre organizações e das consequências negativas de uma orientação estratégica e individualista exagerada.

Nossa provocação - por razões de audiência, competência e espaço - será restrita à área disciplinar geral das ciências sociais aplicadas e terá como foco o campo da administração nas suas variedades distintas. Ficaríamos felizes se o argumento que buscamos desenvolver para nosso campo também servisse para colegas de outras áreas, mas não nos sentimos na obrigação de construir um argumento geral e irrestrito. Comentaremos somente sobre a situação brasileira - mesmo sabendo que os nossos colegas europeus encontram-se, também, em situação similar, porque as diferenças em termos de dinâmica universitária com as demais universidades ocidentais são significativas, tendo em vista as nossas universidades serem mais recentes, construídas de partes independentes ou faculdades isoladas.

Gerencialismo na universidade e a “global knowledge economy”

Reconhecemos, de início, haver um aumento significativo de estudos e ensaios acadêmicos sobre questões técnicas e teóricas de avaliação e publicação no campo científico, incluindo as discussões sobre CAPES (NASCIMENTO, 2010) e sobre a

* PhD em Psicologia Organizacional pelo Birkbeck College, Universidade de Londres. Professor Titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV – São Paulo/SP/Brasil. Endereço: Av. Nove de Julho, 2029. São Paulo/SP. CEP 01313-902. E-mail: peter.spink@fgv.br

** Doutor em Administração pela EAESP/FGV. Professor Adjunto da EAESP/FGV – São Paulo/SP/Brasil. E-mail: mario.alves@fgv.br

aceleração, nada saudável, do trabalho do professor universitário e da alienação do pesquisador-trabalhador (PITA, 2010; MACHADO, BIANCHETTI, 2011).

Pertinente, também, permanece a mensagem enviada aos membros da ANPAD por seu Presidente Clóvis Machado-da-Silva, logo após o ENANPAD de setembro 2009, arguindo que devemos publicar menos, e em melhor nível, e reconhecendo que fazer parte de uma comunidade acadêmica implica ser preparado - moral, técnica e socialmente - para criticar e aprofundar as idéias e observações de colegas. Parece ser simples e óbvio que o conhecimento é um processo pelo qual conversas, debates, saberes e problemas específicos andem juntos, sendo provocados mutuamente. Porém, como infelizmente podemos testemunhar pela baixa qualidade da interação em congressos e dos pareceres enviados para revistas, ainda falta muito entre nós. Partimos nestes trinta anos, conforme Clóvis Machado-da-Silva apontou, de uma meia centena de trabalhos nos primeiros eventos até cerca de 5.000 nos dias atuais. Entretanto, a evolução qualitativa se encontra numa curva bastante inferior.

Registramos a discussão sobre o crescente *gerencialismo* na condução das universidades, resultado da presença da cultura de auditoria na sociedade contemporânea (POWER, 1999) e das tentativas de reduzir a universidade a uma prestadora de serviços de educação terciária que necessita de uma gestão profissional. Aqui nossos colegas dos campos de estudos organizacionais e da antropologia já avançaram no debate como podemos ver, por exemplo, pelo número especial da Revista *Organization* (CALÁS; SMIRCICH, 2001), os trabalhos organizados por Strathern (1997; 2000) e o número especial de *Social Anthropology* (2010) sobre as reformas universitárias (WRIGHT; RABO, 2010). Hoje, universidades, escolas e institutos de ensino independentes são estimulados a traçarem missões e planos estratégicos, posicionarem-se - no sentido estratégico - em relação a um novo ente, o *global knowledge economy*, e a definir as competências que seus formados terão a oferecer a um *mundo globalizado* (incluindo serem flexíveis, inteligentes e capazes de absorver novos conhecimentos).

É claro que essas questões - apontadas, criticadas e debatidas por nossos colegas no primeiro mundo - estão presentes direta ou indiretamente em nosso contexto universitário. Entretanto, queremos evitar a idéia de que a situação atual se resume a uma simples onda mundial, em que o Brasil nada tem de culpa e nada pode fazer a não ser seguir ou sofrer.

O simples fato da instituição "universidade brasileira" ser recente - efetivamente pouco mais de 60 anos (ou na sua versão atual, somente 40 anos) - altera substancialmente os caminhos de sua concepção e de sua implementação. A universidade brasileira não foi construída, implicitamente, em um longo processo de transições epistemológicas, intuitivas e disputadas, do qual resultam noções culturais e institucionais sobre a independência do pensamento e outras características fundantes da sociedade civil ocidental (bem resumidas recentemente por Boaventura de Sousa Santos, 2010). Não é uma Universidade de Bolonha, criada por uma burguesia nascente dentro de uma independência em relação ao Estado ou uma Universidade de Paris dos Goliardos e das tensões entre a cidade de deus e a cidade dos homens. Ao contrário, nossa universidade vem sendo produzida e concebida ativamente num determinado momento de tempo a partir de uma discussão intelectual explícita. Vale aqui registrar momentos do debate sobre a Universidade Brasileira em dois textos, um de Darcy Ribeiro sobre a Universidade de Brasília e outro de Fernando de Azevedo sobre a Universidade e o problema do Humanismo publicado em 1968 e, também, o suplemento especial da revista *Ciência e Cultura* da SBPC com o título *Universidade Brasileira: organização e problemas* (BORI; CANDOTTI; GALEMBECK; RODRIGUES; SCHWARZMAN, 1985). Nas muitas entrelinhas desses textos, encontramos, também, referência clara a nossa "tendência executiva" de introduzir mudanças, preferindo modelos detalhados e universais, ao invés de estimular soluções organizacionais individuais, incrementais, parciais e pragmáticas. Lembrando Maurício Tragtenberg (1979, p. 19), "a criação do conhecimento e sua reprodução cede lugar ao *controle* burocrático de sua produção como suprema virtude, onde administrar aparece como sinônimo de vigiar e punir". Assim, nossos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e suas agências (CAPES e CNPq) parecem, às vezes, o *panóptico* de Bentham

e Foucault, tal o grau de detalhamento de suas portarias, em parte uma reflexão da retórica do *global knowledge economy*.

Inserção local e produção do conhecimento

Entre os muitos fios de argumentação que se levantam sobre as consequências do momento atual, o mais preocupante para nós se refere à tendência de esquecer a importância da inserção específica das casas de saber (*houses of knowledge*) nos textos e contextos nacionais e subnacionais (regionais e locais) específicos. Por exemplo, na Europa, a sociedade civil e a esfera pública moderna são resultados, entre outros fatores, da criação das universidades nas suas cidades ainda na Idade Média, possibilitando a emergência de um novo trabalho intelectual, que se poderia definir como “a união, no espaço urbano e não mais no monástico, da pesquisa e do ensino” (LE GOFF, 2003, p.9). Nas cidades, os novos intelectuais precisaram “dialogar” e “vender” o fruto de seu ofício, que não mais se restringia às questões metafísicas, mas se tornava necessário à criação de um conhecimento útil para os demais habitantes da cidade; assim vinculando a formação do intelectual com o cotidiano do seu entorno. O intelectual, como um ser reflexivo, passou a tentar dar sentido à sua vida ao situá-la em um contexto mais amplo, construindo a narrativa de sua comunidade, naquilo que Rorty (1991) denominou “desejo pela solidariedade”.

Mesmo hoje na contemporaneidade, a grande maioria dos egressos de nossos cursos superiores no Brasil são dos entornos geográficos de nossas universidades e aqui permanecerão. Certamente precisam de instrumentos, conhecimentos e habilidades de ação, mas os precisam em grande parte para serem úteis em um lugar ou região conhecidos, com horizontes bem definidos. Do mesmo modo, o global também se faz presente, não como uma terra virtual e desconectada, mas como processos que impactam de maneira específica em lugares (BAUMAN, 1998; SANTOS, 2000). Aqui é importante registrar as excelentes análises de Naomar de Almeida Filho e Boaventura de Sousa Santos (2009) sobre uma inserção mais ativa da universidade na sociedade contemporânea e as necessidades de uma educação à altura deste desafio para o qual é vital reconhecer a presença de múltiplos saberes.

O foco específico desse texto se inicia com esses múltiplos saberes e com a conseqüente não linearidade do conhecimento (SPINK, 2001). Partimos da posição pós-construcionista de que todo conhecimento é social e como tal se ancora em ontologias distintas. Qualquer proposta que afirme que estas são facilmente negociadas ou ordenadas hierarquicamente é falsa (LAW & MOL, 2002). Insistir na existência de “um conhecimento” facilmente avaliado a partir de índices de publicação ou de impacto é tornar invisíveis os outros conhecimentos presentes. Posicionar-se diante desta complexidade é o dilema que as diferentes universidades, institutos e escolas isolados enfrentam no Brasil.

Simplificando, propomos que a resolução deste dilema exigirá uma escolha entre dois caminhos. O primeiro se refere à inserção ativa nos textos específicos dos territórios de cada *casa de saber* singular e no reconhecimento e na abertura aos diferentes saberes também presentes nestes lugares. Na nossa área de administração pública, a experiência do Programa Gestão Pública e Cidadania (www.fgv.br/ceapg) demonstrou a riqueza da biblioteca prática de formas de ação pública presentes no nível de rua, do campo, da vila e da cidade. Mas a escuta e o debate dentro da postura de uma *ecologia de saberes* podem ir ainda mais longe e tornarem-se, por sua vez, os caminhos para estabelecer, de maneira aberta, agendas de investigação, produção e sistematização de conhecimentos; agendas que se iniciam nos múltiplos fios do local para se estenderem na medida em que esta extensão traz possibilidades de um diálogo (de comparação ou de contraste, de confirmação ou negação). Esta é a universidade sem muros, integrada ao lugar de sua atuação.

O segundo caminho segue a busca do conhecimento universal e singular que vai libertar a humanidade e inspirá-la. Rorty (2000) chamou este tipo de busca de uma busca para a verdade redentora (*redemptive truth*). Nesse caso, não há uma agenda local e somente uma agenda global e única onde as pessoas competem entre sim

para *avançar o conhecimento*. Nesse caminho, o importante são as conexões com esta agenda global. A universidade se fecha atrás de seus muros e se esconde no interior de seu *campus*, para se concentrar nas suas tarefas nobres: a preparação de textos para congressos e de publicações para revistas que testemunham o engajamento na agenda internacional. Esta é a universidade participante no *global knowledge economy*.

Em ambos os caminhos há preocupação com *rankings* e indicadores. Aqueles que seguem o segundo caminho preocupam-se, primordialmente, com os *rankings* das universidades no "Campeonato Mundial de Ciência" (DAGNINO, 2009) e com os *rankings* similares dos campeonatos nacionais. Já para aqueles que seguem o primeiro caminho, os *rankings* e indicadores que geram preocupação são outros (IDH, *ranking* da desigualdade, índices de desenvolvimento local e de mortalidade infantil).

Na situação atual, os dois caminhos se entrecruzam e, também, colidem com as questões anteriores, gerando rupturas constantes entre o mundo da prática e o mundo das instituições, tornando cada vez mais hegemônica a posição dos grandes sistemas sobre o mundo da vida. Cada vez mais, também, se torna difícil para as pessoas se posicionarem, especialmente quando se considera a importância de recursos escassos (bolsas, financiamentos), além de carreiras, estabilidade e salários para a sua sobrevivência.

Precisamos lembrar que as tais revistas internacionais são raramente internacionais, mesmo quando utilizam o nome. Na administração e nas ciências sociais aplicadas, são em sua grande parte norte americanas e inglesas, e as pessoas que encontramos em congressos internacionais desses países estão, em geral, seguindo agendas relevantes para tais países. O problema aparece quando estas agendas são, implicitamente, concebidas como internacionais (provavelmente por interessarem a mais de um país dominante). Somos bem vindos para participar nesses eventos e agendas, mas quando buscamos discutir outras questões, somos vistos de maneira estranha, quase que exótica! A língua, também, segue um caminho similar. Presume-se que a língua inglesa - que, por ser construída de exceções, é extremamente difícil de escrever bem - seja a *língua franca* da ciência por ser da maioria de países e pessoas. Entretanto, se entendemos a língua como capacidade de conversar, as línguas romanas como francês, castelhano, catalão, italiano e português representam muito mais pessoas e países do que as diferentes versões da língua inglesa (para não mencionar a importância regional do chinês e o árabe). Entretanto, são raras as revistas destas outras línguas que se encontram classificadas como *internacional A1*. Colocado de maneira mais paroquial: se a construção do conhecimento é feita via conversas sérias na busca de se entender e debater a posição do outro, por que nós, os ibero-romanos precisamos falar inglês? (ROSA; ALVES, 2011). Não teríamos suficientes questões a desenvolver entre nós mesmos? Afinal de contas, compartilhamos muitos aspectos institucionais e culturais, incluindo sistemas jurídicos similares.

É possível argüir (como fez Robert Dahl em 1947 sobre administração pública) que a única agenda verdadeiramente internacional no campo das ciências sociais aplicadas seria uma agenda comparativa e, na ausência desta, só restará a hegemonia dominante de revistas de basicamente uma só língua (quando muito também Francês ou Alemão), sobre a qual muito se discute nas mesas de almoço. A hegemonia, porém, vai muito mais longe e se expressa não somente no seu conteúdo, mas, também, na estrutura econômica de sua distribuição via revistas de acesso restrito e de base comercial.¹

Retomando os caminhos: quem se entrega a uma agenda internacional que nada mais é que uma agenda de uma nação estrangeira, provavelmente, encontrará o caminho da publicação e ficará feliz. Quem está disposto a assumir a briga neste

¹ O tamanho e importância econômica deste mercado pode ser atestado pelos "mergers and acquisitions" entre estas casas editoriais. Quem tem a sorte de pertencer a uma universidade ou escola com acesso pleno ao Portal Capes pode acessar estas revistas gratuitamente, mas com um custo alto para o país; quem não tem esta sorte precisará pagar US\$ 30 - ou mais - para acessar apenas um artigo. Quem precisa atualizar a sua bibliografia com os últimos números de vários periódicos cairá na segunda categoria, porque raramente as grandes revistas que estão presentes no portal liberam os números mais recentes.

mesmo campo *internacional* para uma agenda que seja de relevância nacional e tem força de diálogo com outras agendas, de maneira a ser reconhecido em revistas acadêmicas de outras nacionalidades - leia-se inglês -, merece todo o mérito e aplausos. Entretanto, em ambos os casos, as pessoas terão de se contentar com o fato que, provavelmente, poucas pessoas no Brasil saberão de suas conclusões; a não ser que se caia na cilada ética de escrever o mesmo artigo duas vezes.

Em contraste, quem se entrega à construção e ao debate de saberes e conhecimentos de base e relevância nos lugares brasileiros do dia-a-dia pode usufruir do trabalho sério e da dedicação exemplar e voluntária de editores de revistas nacionais e subnacionais que, em diversas maneiras, colocam em acesso livre e aberto a imensa maioria de nossas revistas. Quer dizer, qualquer pessoa pode entrar na *internet* e fazer o *download* de um artigo, a grande maioria dos quais escrita em português ou castelhano, que focaliza questões e eventos tanto aqui quanto em outros lugares da região ou de outras regiões (ver, por exemplo o portal Scielo).

Felizmente, nesta questão de distribuição, não estamos a sós. Nossos colegas europeus lideram uma reação à hegemonia sistêmica, não somente nas ruas, mas também, nos meios eletrônicos e dentro do campo das revistas científicas. O movimento de acesso livre e de *copy-left*, o estímulo à prática de *creative commons* e o uso de páginas *web* universitárias para distribuir artigos na versão *pre-print* (um quebra-galho para não infringir as leis de *copyright*) buscam criar o que podemos, talvez, chamar de um "*cloud community*" alternativa. Entretanto, precisamos frisar que o fato de uma revista ser eletrônica não quer dizer que possui acesso aberto. Muito pelo contrário, as empresas editoriais já entraram neste mercado como também algumas editoras universitárias. (Como "brinde" de responsabilidade social, as mesmas editoras abrem de maneira aleatória sua listas para uma semana ou mais de "acesso livre".)

Pouco a pouco as revistas eletrônicas de livre acesso começam a chegar nos *ratings*; simplesmente porque é difícil ignorá-las. Cada vez mais, pesquisadores de todas as idades estão chegando à conclusão de que o conhecimento livre e a liberdade de expressão andam juntos e que a discussão científica não se resume em "artigos-mercadoria" (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007). O resultado é um movimento sócio-tecnológico e político, em parte transnacional e, por ser alternativo, mais aberto ao diálogo com colegas em outros países. Para as novas revistas eletrônicas, participar dessas redes é importante, mas não são e não devem pretender serem revistas do *establishment*. Participação, portanto, é uma decisão política não somente sobre como conectar-se com colegas em outros países sobre temas convergentes ou contrastantes, mas, também, sobre os meios de conexão. O mesmo se aplica ao país.

A universidade conectada e sem muros, a universidade da cidade, da rua e do campo e não do *campus* isolado e fechado é feita de acadêmicos conectados e sem muros (professores, pesquisadores e estudantes). Buscar a livre circulação de idéias passa por diferentes tipos de conversa, de seminários, debates, eventos, documentos, artigos, vídeos, panfletos e rodas de conversa nas quais o acesso da sociedade é chave. Boaventura de Souza Santos argumentou em entrevista recente (2010) sobre a importância da Universidade retomar seu papel de protesto e de eixo mobilizador do pensamento cívico - de não esquecer que faz parte da construção da sociedade civil. Nesta perspectiva, a universidade ou a escola que se redefine como fornecedora de serviços educacionais, como mera extensão do ciclo educacional (educação terciária) e um ponto nodal da economia global de conhecimento, está desistindo de seu papel historicamente construído de porta voz independente e abrindo mão da seu papel na sociedade civil.

Universidades conectadas são feitas de acadêmicos (professores e pesquisadores) conectados. O acadêmico conectado, conforme vimos, não estará à altura das demandas produtivistas de um constante fluxo de publicações internacionais em inglês. Pode, de vez em quando, contribuir nestes espaços, mas o foco de suas atividades será outro: seminários, congressos, folhetos, artigos em periódicos semanais e diários de grande circulação. Duvidamos que este profissional comprometido e dedicado à melhoria dos indicadores da vida social coletiva e à seriedade e utilidade das idéias em debate estivesse muito feliz - ou tivesse muito sucesso - num programa que busca ser CAPES nota 7 nas atuais circunstâncias.

Por isso, quando buscamos uma resposta para as perguntas do tipo “e agora, onde devo estudar?” de jovens graduandos de iniciação científica comprometidos com o futuro do país e com possibilidades de serem *rebeldes competentes* e não *executivos flexíveis e globalizados*, devemos dizer: “escolha um programa entre 4 e 6 e ajude a manter a universidade dentro da sociedade civil”!

Referências

- ALMEIDA Filho, N. de; SANTOS, B.de S. *A universidade do século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2009.
- AZEVEDO, F. de A universidade e o problema de humanismo. In: MARCOVITCH, J. (Org.). *Documentos 1*. Centro Acadêmico Visconde de Cairu, FEA-USP, 1968. p. 1- 17.
- BAUMAN, Z. *Globalization: the human consequences*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- BORI, C.M.; CANDOTTI, E.; GALEMBECK, F.; RODRIGUES, J.A.; SCHWARZMAN, S. (Org.) Suplemento: Universidade Brasileira: Organização e Problemas. *SBPC: Ciência e Cultura*, v. 37, n. 7, jul. 1985
- CALÁS, M.; SMIRCICH, L. (Ed). Special issue on re-organizing knowledge, transforming institutions: knowing, knowledge and the university in the 21st century. *Organization*. v. 8, n. 2, 2001.
- CASTIEL L.D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, 2007.
- DAGNINO, R. O Campeonato Mundial da Ciência. *Folha de S.Paulo*, Caderno principal, pagina 3, 14 de maio, 2009.
- DAHL, R. The science of public administration: three problems. *Public Administration Review*, n. 7, p. 1-11, Winter 1947.
- EMERY, F.E.; TRIST, E.L. The causal texture of organizational environments. *Human Relations*, n. 18, p. 21-32, 1965.
- _____; _____. *Towards a social ecology*. London, Plenum, 1972.
- LAW, J.; MOL, A. (Org.). *Complexities*. Durham N.C., Duke University Press, 2002.
- LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2003.
- MACHADO, A.M.M.; BIANCHETTI, L. (Des) Fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 244-254, 2011.
- NASCIMENTO, L.F. Modelo Capes de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 579-600, 2010.
- PITA, M. Estresse laboral, assédio moral e *burnout* marcam produtivismo. *Revista ADUSP*, p. 14-21, set. 2010.
- POWER, M. *The audit society: rituals of verification*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- RIBEIRO, D. A Universidade de Brasília. In: MARCOVITCH, J. (Org.). *Documentos 1*. Centro Acadêmico Visconde de Cairu, FEA-USP, 1968. p. 1-41.
- RORTY, R. *Objectivity, relativism, and truth*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1991.

RORTY, R. The decline of redemptive truth and the rise of a literary culture. Disponível em: <http://olincenter.uchicago.edu/pdf/rorty.pdf> Acesso em: 09 Jun. 2011.

ROSA, A.; ALVES, M.A. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 51, n. 3, p.255-264, 2011.

SANTOS, B. de S. A universidade está a concentrar-se outra vez no ensino e a perder a linha de investigação. (Entrevista). *Ensino Superior*, Revista do Sindicato Nacional do Ensino Superior, Portugal, n. 37, p. 12-23, 2010.

SANTOS, M. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000

SPINK, P.K. On houses, villages and knowledges. *Organization*, v. 8, n. 2, p. 219-226, 2001.

STRATHERN, M. "Improving ratings": audit in the British University system. *European Review*, v. 5, n. 3, p. 305-321, 1997.

STRATHERN, M. (Org.). *Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. New York: Routledge, 2000.

TRAGTENBERG, M. *A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Editora Rumo, 1979.

WRIGHT, S.; RABO A. Introduction: anthropologies of university reform. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, n. 18, p. 11-14, 2010.